

PLANO ESTRATÉGICO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO
2021-2026



Descrição: Capa do Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo para o ciclo de 2021 – 2016. Fundo em degradê vermelho e azul com foto preto e branco do prédio da Sede I do TRE/SP, em destaque bandeira do estado de São Paulo.

Realização:

Secretaria de Planejamento Estratégico e de Eleições

Coordenadoria Planejamento e Governança

Seção de Planejamento Institucional

Revisão, Projeto Gráfico, Diagramação e Editoração:

Antonio Carlos Tavares de Melo Filho

Carla Carolina Balan

Caroline Petilo Mascarenhas

Fabiana Dêgelo Julio

Francisco Eudivan Fernandes

José Leonardo Pereira Menoncin

Luís Felipe de Oliveira Reis

Luna Blasco Soler Chino

Michelle Aparecida Pinto Mattos

Millon Cantuaria Romaguera

Regina Rufino

Simone Alcides do Nascimento

Sueli Akemi Hayashi

Contato: estrategia@tre-sp.jus.br

Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

Rua Francisca Miquelina, 123 - Bela Vista

São Paulo – SP - CEP 01316-900

Endereço eletrônico: www.tre-sp.jus.br

Edição 2023

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização dos seus autores. A violação de direitos autorais está prevista na Lei nº 9.610/98.

Versão	Data	Responsável	Descrição
1	Jun/2021	ASSPE – EPP	1ª versão
2	Jun/2022	SEPLAN – COPEG - SEPLIN	Adequação do material, considerando: • a Resolução TRE/SP nº 581/2022 – TRE/SP, que definiu nova Estrutura Organizacional para a Secretaria deste Regional; • o guia de boas práticas para elaboração de documentos e conteúdos acessíveis; e • a definição de metas dos indicadores relacionados nos artigos 15 e 16 da Resolução nº 546/2021; • a revisão dos indicadores da Corregedoria.
3	Dez/2023	SEPLAN – COPEG - SEPLIN	Adequação do material em decorrência da revisão do Plano Estratégico realizada em 2023 com vigência a partir de janeiro de 2024.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Presidente	Des. Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia
Vice Presidente e Corregedor Regional Eleitoral	Des. Silmar Fernandes
Juíza Assessora da Presidência	Dra. Denise Indig Pinheiro
Juíza Assessora da Corregedoria Regional Eleitoral	Dra. Fernanda Mendes Simões Colombini
Diretor-Geral	Claudio Cristiano Abreu Corrêa
Assessora-Chefe da Assessoria Jurídica	Silvia Helena De Marchi
Secretária de Planejamento Estratégico e de Eleições	Regina Rufino
Secretária da Assessoria da Presidência	Denise Lira de Campos
Secretária de Comunicação Social	Eliana Passarelli
Secretário da Corregedoria Regional Eleitoral	André Luiz Pavim
Secretário da Auditoria Interna	Frederyk Chopin Arantes
Secretário de Administração de Material	Alessandro Dintof
Secretária de Gestão da Informação e Documental	Lívia Helena Zancopé Cardoso Guiselini
Secretária de Gestão de Pessoas	Paula Helena Batista Silva
Secretário de Gestão de Serviços	José Luiz Simião dos Santos
Secretária Judiciária	Patrícia Scheifer
Secretário de Orçamento e Finanças	Carlos Yukio Fujimoto
Secretário de Tecnologia da Informação	Daniel Forlivesi

Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

Plano Estratégico 2021-2026

Sumário

CONTEXTO E HISTÓRIA	8
Os ciclos de Planejamento Estratégico do TRE-SP	8
A Estratégia 2021-2026 do Poder Judiciário	8
A construção do terceiro ciclo da estratégia do TRE-SP	9
Glossário	12
A ESTRATÉGIA 2021-2026 DO TRE-SP	14
Introdução e direcionadores estratégicos	14
Mapa Estratégico	15
MACRODESAFIOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	18
Perspectiva Sociedade	20
Garantia dos Direitos Fundamentais	20
Indicadores	21
Projetos Estratégicos	22
Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade	23
Indicadores	23
Projetos Estratégicos	24
Perspectiva Processos Internos	26
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	26
Indicadores	26
Projetos Estratégicos	29
Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais	29
Indicadores	30
Projetos Estratégicos	31
Promoção da Sustentabilidade	31
Indicadores	32
Projetos Estratégicos	33
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	33
Indicadores	34
Projetos Estratégicos	35
Perspectiva Aprendizado e Crescimento	37
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	37
Indicadores	38

Projetos Estratégicos	39
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	40
Indicadores	40
Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	41
Indicadores	41
Projetos Estratégicos	42
GESTÃO DE RISCOS	43
ESTRATÉGIA E SUSTENTABILIDADE	47
Agenda 2030	48
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	48
Indicadores e sua contribuição aos ODS	49
ODS 3 – Saúde e bem-estar:	49
ODS 4 – Educação de qualidade	51
ODS 5 – Igualdade de gênero	53
ODS 6 – Água potável e saneamento	55
ODS7 – Energia acessível e limpa	55
ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico	55
ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura	57
ODS 10 – Redução das desigualdades	58
ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis	61
ODS 12 – Consumo e produção responsáveis	62
ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes	63
Projetos e sua contribuição aos ODS	70
ODS 1 – Erradicação da pobreza	70
ODS 3 – Saúde e bem-estar	70
ODS 4 – Educação de qualidade	71
ODS 5 – Igualdade de gênero	71
ODS 6 – Água limpa e saneamento	71
ODS 7 – Energia limpa e acessível	71
ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico	71
ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura	72
ODS 10 – Redução das desigualdades	72
ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis	73
ODS 12 – Consumo e produção responsáveis	73
ODS 13 – Ação contra mudança global do clima	73
ODS 15 – Vida terrestre	73
ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes	73

ODS 17 – Parcerias e meios de implementação	77
FICHAS DOS INDICADORES DE DESEMPENHO	78
Indicadores de Resultado	79
Indicadores de Esforço	111

CONTEXTO E HISTÓRIA

Os ciclos de Planejamento Estratégico do TRE-SP

O Planejamento Estratégico no TRE-SP remonta ao ano de 2009, momento em que foi elaborado o primeiro ciclo, com o fim de sua vigência sendo previsto para 2014, tendo sua formalização ocorrido por meio da Res. TRE-SP nº 213/2009. Contudo, com o objetivo de permitir maior participação das áreas internas na elaboração do novo ciclo, o que seria dificultado pela coincidência entre o fim da vigência do plano e o ano eleitoral, foi editada a Res. TRE-SP nº 334/2015, que prorrogou a vigência do primeiro ciclo até 2015.

Assim, durante todo aquele ano, foram conduzidas ações de capacitação, reuniões e entrevistas com a finalidade de elaborar novo ciclo da estratégia, formalizado pela Res. TRE-SP nº 367/2016. Como é natural em ciclos de Planejamento, houve uma revisão da Estratégia em 2019, por meio da Res. TRE-SP nº 466/2019.

A Estratégia 2021-2026 do Poder Judiciário

Por meio da Rede de Governança Colaborativa, instituída pela Res. CNJ nº 138/2013, com funcionamento regulamentado pela Portaria CNJ nº 59/2019, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ constrói a Estratégia Nacional do Poder Judiciário (ENPJ), cujas definições são irradiadas a todos os órgãos deste Poder. Assim, ao elaborar sua estratégia, cada tribunal

deve, também, analisar a ENPJ para que esteja alinhado às expectativas e metas de todo o país.

Para o ciclo 2021-2026, tal estratégia está consolidada na Resolução CNJ nº 325/2020, que pode ser acessada clicando-se [aqui](#).

Como resumo da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, a citada Resolução definiu o seguinte mapa estratégico:



A construção do terceiro ciclo da estratégia do TRE-SP

Para a elaboração do ciclo 2021-2026, adotaram-se novas práticas na definição da Estratégia, de forma a ter como produto um planejamento que reflita os anseios da sociedade e da instituição sobre a condução dos

trabalhos no próximo sexênio. Nesse sentido, uma série de iniciativas foram tomadas, a saber:

- Construção do Caderno de Elaboração do Planejamento Estratégico, a partir do ano de 2019, com vistas a orientar a Organização rumo à definição de sua estratégia, seguindo as melhores práticas hoje utilizadas. Pode ser obtido clicando-se [aqui](#);
- Disponibilização dos materiais referenciais sobre a definição de indicadores, projetos e para a revisão da arquitetura de processos, buscando apresentar às servidoras e servidores formas de colaborar com a construção da estratégia. Para acessá-los, clique [aqui](#);
- Utilização de técnicas de gestão participativa, tendo como premissa que a participação na construção da estratégia por parte de todo o corpo funcional – e ouvidas também a sociedade e demais partes interessadas – gera maior engajamento na consecução dos objetivos da organização. Alguns exemplos:
 - Construção coletiva da análise SWOT, que permite à organização conhecer seus pontos fortes e fracos, bem como identificar eventuais riscos positivos (oportunidades) e negativos (ameaças) no horizonte de vigência do plano;
 - Entrevistas junto às autoridades do TRE-SP sobre a pertinência da manutenção ou alteração dos direcionadores estratégicos (missão, visão e valores);
 - Abertura de prazo às áreas internas para a sugestão de indicadores de desempenho;
 - Realização de *webinário* acerca da construção de indicadores de desempenho, de forma a permitir a sugestão de indicadores que sejam efetivos na análise dos macrodesafios;

- Abertura de prazo para que todas as servidoras e servidores pudessem apresentar sugestões de projetos e iniciativas a serem incluídas no presente plano;
- Realização de *webinário* sobre projetos, como forma de incentivar e orientar a apresentação de sugestões;
- Realização de reuniões setoriais sobre a definição de indicadores e metas, bem como acerca do envio de sugestões de projetos.
- Construção de um Planejamento alinhado às práticas de sustentabilidade trazidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, atrelando indicadores e projetos estratégicos aos ODS para os quais apresentam contribuição.

Glossário

Apresenta-se a descrição de alguns termos bastante utilizados no presente documento.

- Direcionadores estratégicos – Conjunto de declarações que sintetizam a razão de ser da instituição (missão), sua expectativa de longo prazo (visão) e os imperativos éticos que devem balizar suas atividades (valores);
- Macrodesafio – Objetivo de longo prazo definido como desdobramento inicial da visão de futuro definida no Planejamento Estratégico Institucional – PEI;
- Perspectiva – Agrupamento de macrodesafios com temas afins, segundo definido no Planejamento Estratégico Institucional. No caso do Poder Judiciário, segundo a Res. CNJ nº 325/2020, são utilizadas as perspectivas Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento;
- Objetivos Estratégicos – Desdobramentos iniciais de um macrodesafio, constituindo-se em elemento de observação mais detalhada do atingimento do objetivo de longo prazo;
- Indicadores de resultado – indicadores de desempenho atrelados a macrodesafios ou objetivos estratégicos que permitem verificar seu atingimento total ou parcial;
- Indicadores de esforço – indicadores de desempenho atrelados a macrodesafios, objetivos estratégicos ou diretamente a indicadores de resultado que apontam total ou parcialmente as causas do resultado verificado nos indicadores de resultado;

- *Balanced Scorecard* – BSC – Metodologia mais utilizada para planejamento e gestão estratégica que, a partir da definição de indicadores estratégicos (Missão, Visão e Valores) permite alocar os macrodesafios em cada uma das suas perspectivas. No caso do Poder Judiciário, segundo a Res. CNJ nº 325/2020, são utilizadas as perspectivas Sociedade, Processos internos e Aprendizado e Crescimento;
- Projetos – Conjuntos de atividades inter-relacionadas de caráter temporário e com objetivos únicos, que permitem alavancar o resultado de determinado macrodesafio ou objetivo estratégico. Podem ser classificados como estratégicos ou táticos, segundo o alcance de seus resultados;
- Relatório de Desempenho da Estratégia – RDE – Documento publicado anualmente contendo os resultados dos indicadores do Plano Estratégico Institucional. Os RDEs já publicados podem ser encontrados [aqui](#).

A ESTRATÉGIA 2021-2026 DO TRE-SP

Introdução e direcionadores estratégicos

A Estratégia 2021-2026 do TRE-SP parte dos direcionadores estratégicos: missão, visão e valores.

A **missão** de uma instituição é a razão pela qual ela existe. Representa seu objetivo imanente, seu anseio permanente. Definir a missão permite à organização buscar melhoria contínua e crescimento, sem se esquecer de seu objetivo primeiro. Para o atual ciclo de estratégia, foi mantida a declaração de missão definida no ciclo anterior, qual seja:

“Garantir a legitimidade do processo eleitoral”

Já a **visão** de futuro representa onde se quer estar, ou como se quer ser visto ao fim do ciclo da estratégia. É o grande resumo dos anseios da instituição sobre si própria para o período de vigência da estratégia. A definição da visão permite que a organização tenha melhores condições de definir os seus macrodesafios, que são, na realidade, um desdobramento da visão, que para o ciclo 2021-2026 foi definida como:

“Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, em especial quanto à transparência, segurança e efetividade, bem como ser reconhecido como um tribunal inovador e sustentável”

Por último, temos os valores, que são os imperativos éticos que serão perseguidos durante o ciclo de estratégia. São os norteadores das ações. Para o ciclo 2021-2026, os valores definidos foram:

Acessibilidade
Credibilidade
Comprometimento
Eficiência
Ética
Imparcialidade
Inovação

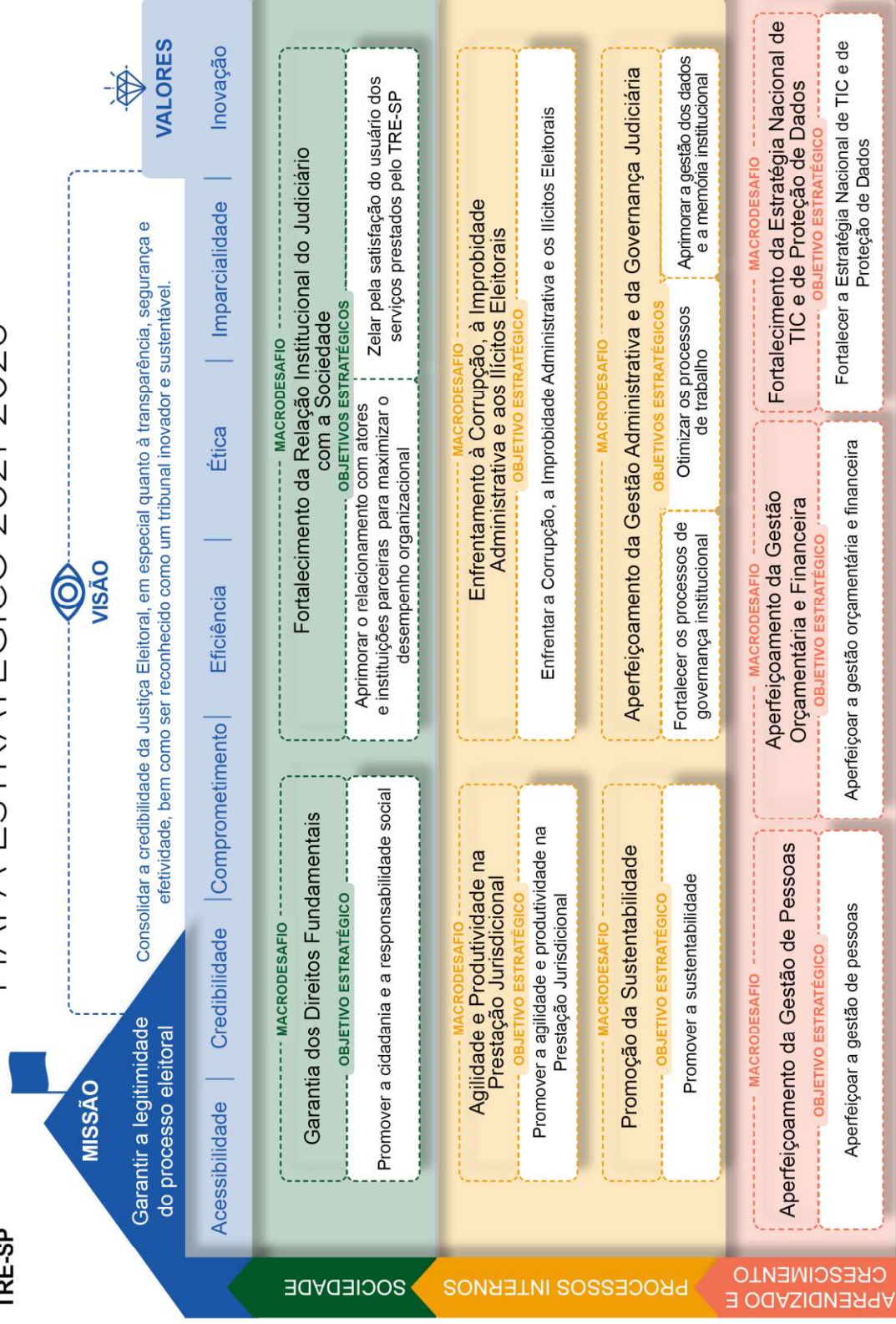
A partir da definição dos direcionadores estratégicos, a organização pode se questionar sobre as razões pelas quais não atingiu ainda sua visão de futuro. Tais respostas são os Fatores Críticos de Sucesso da Estratégia. Buscando superá-los, definem-se os macrodesafios, que, se superados, permitem à organização atingir sua visão de futuro, sem se esquecer de sua missão e obedecendo aos seus valores.

Mapa Estratégico

O mapa estratégico é o resumo da estratégia de uma organização. Trata-se de um elemento gráfico que resume os principais itens de um planejamento estratégico, e contém, minimamente, os direcionadores estratégicos e os macrodesafios. Para o ciclo 2021-2026 o TRE-SP optou pela construção de duas versões do seu mapa estratégico. A primeira, com a indicação dos macrodesafios e seus desdobramentos iniciais (objetivos estratégicos), e a segunda, indicando a relação entre os macrodesafios e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU de modo a demonstrar o compromisso institucional com a sustentabilidade.

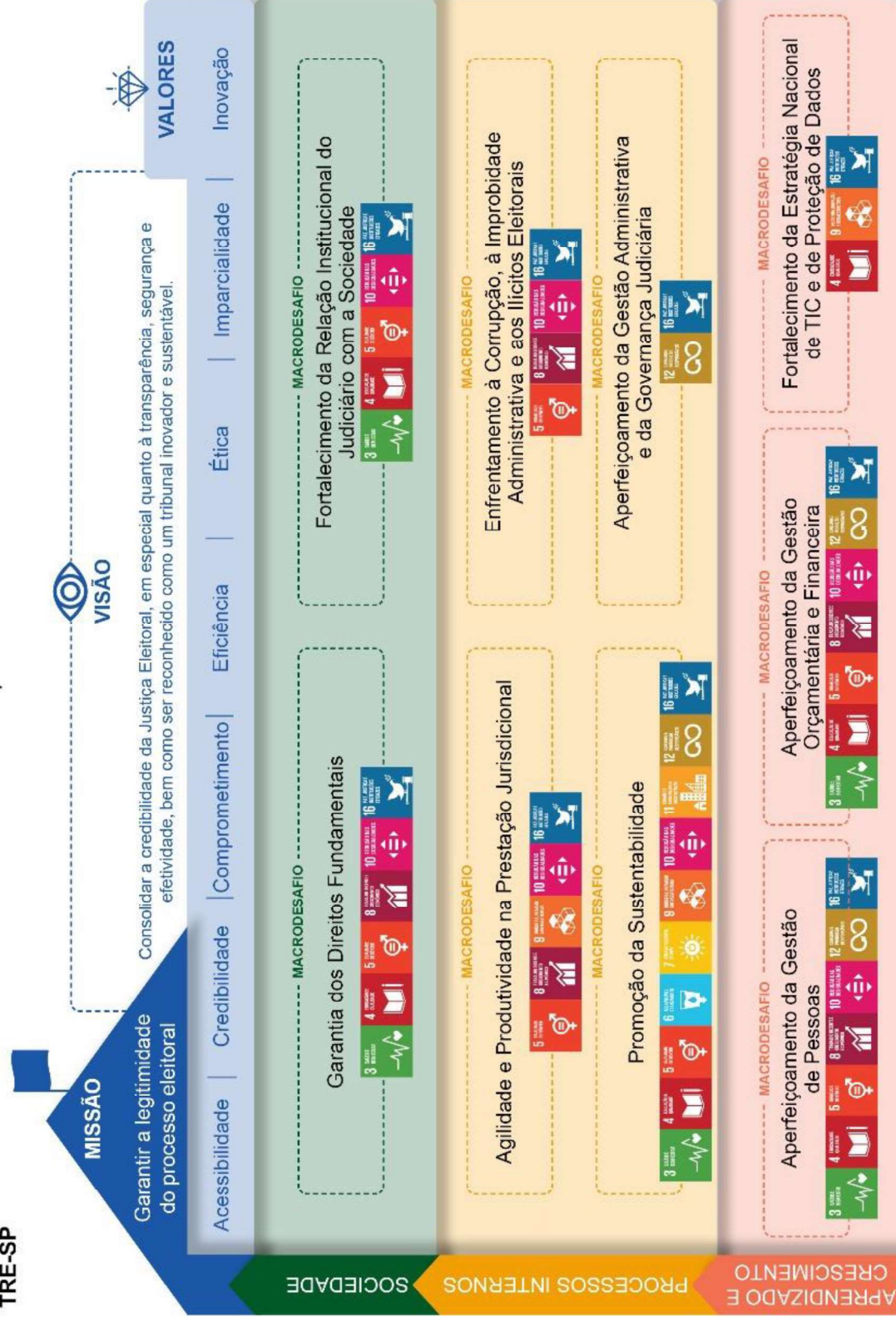
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

MAPA ESTRATÉGICO 2021-2026



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

MAPA DE CONTRIBUIÇÃO PARA AGENDA 2030



MACRODESAFIOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Como vimos, os macrodesafios são os grandes objetivos de longo prazo de uma organização, e são o desdobramento inicial da busca pelo atingimento da visão de futuro.

Pode ocorrer, contudo, de os macrodesafios serem muito amplos, e poderem apresentar algum desdobramento ainda em nível estratégico.

Para a estratégia 2021-2026, os eventuais primeiros desdobramentos dos macrodesafios serão chamados de Objetivos Estratégicos.

Seguem abaixo os macrodesafios para o ciclo 2021-2026, divididos por perspectivas e contendo seus eventuais objetivos estratégicos:

PERSPECTIVA	MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO
Sociedade	Garantia dos Direitos Fundamentais	Promover a cidadania e a responsabilidade social
	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade	Aprimorar o relacionamento com atores e instituições parceiras para maximizar o desempenho organizacional
		Zelar pela satisfação do usuário dos serviços prestados pelo TRE-SP
Processos Internos	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Promover a agilidade e produtividade na Prestação Jurisdicional

PERSPECTIVA	MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO
	Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais	Enfrentar a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais
	Promoção da Sustentabilidade	Promover a sustentabilidade
	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	Fortalecer os processos de governança institucional
		Otimizar os processos de trabalho
		Aprimorar a gestão de dados e a memória institucional
Aprendizado e Crescimento	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	Aperfeiçoar a gestão de pessoas
	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira
	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	Fortalecer a Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

Perspectiva Sociedade

A perspectiva Sociedade é aquela que contém os macrodesafios diretamente vinculados à prestação de serviço de determinado Órgão. Tem relação direta com a visão de futuro e com a missão, pois legitimidade e credibilidade são itens que são alcançados apenas se a sociedade enxergar suas instituições como necessárias, úteis e válidas.

Garantia dos Direitos Fundamentais

Segundo o CNJ¹, o macrodesafio em tela busca “garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos”.

Optou-se por desenvolvê-la segundo o objetivo estratégico “Promover a cidadania e a responsabilidade social”, que melhor traduz a busca do TRE-SP pelo atingimento desse macrodesafio.

¹ As definições dos macrodesafios foram obtidas na Res. CNJ nº 325/2020. Já as descrições das perspectivas e objetivos estratégicos foram elaboradas pela equipe do TRE-SP.

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	TIPO	INDICADOR
Garantia dos Direitos Fundamentais	Promover a cidadania e a responsabilidade social	Resultado	1.1.1.2 - Índice de Acessibilidade – Cartórios Eleitorais
			1.1.1.3 - Índice de Acessibilidade – Secretaria
			1.1.1.4 - Ações de cidadania
		Esforço	1.1.2.2 - Índice de tratamento das demandas de assédio moral ou sexual e discriminação
			1.1.2.3 - Índice de inclusão de municípios
			1.1.2.4 - Visitas a Comunidades Tradicionais
			1.1.2.7 - Índice de cumprimento dos Planos de Ação do Diagnóstico de Acessibilidade - Secretaria

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO
Garantia dos Direitos Fundamentais	Promover a cidadania e a responsabilidade social	1.1.1.1 - Implantação da Central de Serviços de Acessibilidade
		1.1.1.2 - Inclusão político eleitoral: Povos e comunidades tradicionais do Estado de São Paulo
		1.1.1.3 - Atendimento geral dos eleitores e das eleitoras com domicílio eleitoral no estado de São Paulo - Abertura do cadastro em âmbito estadual
		1.1.2.1 - Educação Eleitoral e alistamento do jovem eleitor
		1.1.2.2 - Parceria Cidadã
		1.1.2.3 - Ampliação da oferta de publicações em formatos alternativos acessíveis

Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade

Para o CNJ, esse macrodesafio refere-se “à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil. ” No TRE-SP, será subdividido em dois objetivos estratégicos: “Aprimorar o relacionamento com atores e instituições parceiras para maximizar o desempenho organizacional” e “Zelar pela satisfação do usuário dos serviços prestados pelo TRE-SP”.

Indicadores

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	TIPO	INDICADOR
Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade	Aprimorar o relacionamento com atores e instituições parceiras para maximizar o desempenho organizacional	Resultado	2.1.1.3 - Alcance das publicações do site
			2.1.1.4 - Exposição do TRE-SP na Mídia
			2.1.1.5 - Alcance nas redes sociais
		Esforço	2.1.2.1 - Manutenção do engajamento nas redes sociais
			2.1.2.2 – Entrevistas concedidas
			2.1.2.3 – Releases e avisos de pauta enviados a imprensa

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	TIPO	INDICADOR
	Zelar pela satisfação do usuário dos serviços prestados pelo TRE-SP	Resultado	2.1.2.4 – Publicações no site
			2.2.1.1 – Grau de satisfação clientes 1º grau
			2.2.1.2 – Grau de satisfação usuários externos de TIC
			2.2.1.3 – Grau de satisfação clientes 2º grau
		Esforço	2.2.1.4 – Grau de satisfação clientes – Central de atendimento
			2.2.2.4 - Índice de capacitação em atendimento
			2.2.2.5 - Índice de cumprimento do prazo na análise de propostas de anotação no Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

Projetos Estratégicos

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO
--------------	-------------------------	---------

Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade	Aprimorar o relacionamento com atores e instituições parceiras para maximizar o desempenho organizacional	2.1.1.1 - Implantação do chatbot - Atendimento virtual a cidadãs e cidadãos
		2.1.1.2 - Ação Coordenada - Grêmios Estudantis Municipais
	Zelar pela satisfação do usuário dos serviços prestados pelo TRE-SP	2.2.1.1 - Padronização das respostas fornecidas às eleitoras e aos eleitores da Justiça Eleitoral Paulista
		2.2.1.2 - Manual digital de atendimento ao público externo
		2.2.2.2 - Reformulação da Pesquisa de Satisfação do Atendimento - Cartórios, Pontos de atendimento e Secretaria Judiciária

Perspectiva Processos Internos

A perspectiva dos Processos Internos é referente ao aperfeiçoamento contínuo dos trâmites judiciais e administrativos realizados pelo órgão. Busca trazer macrodesafios que estejam ligados à eficiência dos trabalhos e ao aperfeiçoamento da governança e gestão. Além disso, aponta também como macrodesafio a promoção da sustentabilidade, como forma de realizar os trabalhos cotidianos em cooperação e harmonia com a sociedade, o ambiente e os bens públicos.

Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

Para o CNJ, o primeiro macrodesafio da perspectiva Processos Internos “tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais”.

Indicadores

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	TIPO	INDICADOR
Agilidade e Produtividade na	Promover a agilidade e	Resultado	3.1.1.1 - Índice de Atendimento à Demanda - 1º Grau

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	TIPO	INDICADOR
Prestação Jurisdicional	produtividade na Prestação Jurisdicional		3.1.1.2 - Índice de atendimento à demanda - 2º Grau
			3.1.1.3 - Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais – 1º Grau
			3.1.1.4 - Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais – 2º Grau
			3.1.1.5 - Tempo de tramitação dos processos pendentes, considerando as fases dentro do Judiciário - 1º Grau
			3.1.1.6 – Tempo médio de tramitação dos processos pendentes, considerando as fases dentro do Judiciário - 2º Grau

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	TIPO	INDICADOR
		Esforço	3.1.2.1 - Índice de exame de Prestações de Contas Eleitorais - competência originária
			3.1.2.2 - Índice de exame de Prestações de Contas Eleitorais - competência recursal
			3.1.2.3 - Índice de exame de Prestações de Contas Anuais de órgãos partidários - competência originária
			3.1.2.4 - Índice de exame de Prestações de Contas Anuais de órgãos partidários - competência recursal
			3.1.2.5 - Índice de julgamento das prestações de contas partidárias anuais no 2º Grau

MACRODESAFIO	PROJETO
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	3.1.1.1 - Cartório Virtual Unificado
	3.1.1.2 - Desenvolvimento de ferramentas para relatórios estatísticos
	3.1.1.3 - Liquida PCE 2020
	3.1.2.1 - Consolidação do LIODS como instrumento de fomento à inovação

Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais

Refere-se, segundo o CNJ, ao “conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário. ”

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	TIPO	INDICADOR
Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais	Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais	Resultado	4.1.1.1 - Índice de Prescrição - 1º Grau
			4.1.1.2 - Índice de Prescrição - 2º Grau
			4.1.1.3 - Índice de Processos Administrativos Disciplinares Baixados
			4.1.1.6 - Índice de Maturidade em Integridade
		Esforço	4.1.2.1 – Tempo médio processos pendentes de improbidade, corrupção, 1º grau – CRE
			4.1.2.2 - Tempo médio processos pendentes de improbidade, corrupção, 2º grau – SJ

MACRODESAFIO	PROJETO
Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais	4.1.2.1 - Implantação do Programa de Integridade
	4.1.2.4 - Implantação do Programa de Integridade e compliance do TRE-SP

Promoção da Sustentabilidade

Para o CNJ, o macrodesafio em questão busca o “aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social”.

Indicadores

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	TIPO	INDICADOR
Promoção da Sustentabilidade	Promover a sustentabilidade	Resultado	5.1.1.1 - Índice de Desempenho de Sustentabilidade
		Esforço	5.1.2.4 – Índice de contratações sustentáveis
			5.1.2.7 – Índice de cumprimento do PLS
			5.1.2.8 – Índice de execução das medidas previstas no Plano de Compensação ambiental 2030

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO
Promoção da Sustentabilidade	Promover a sustentabilidade	5.1.1.1 - Plano de Compensação Ambiental 2030
		5.1.1.2 – Programa Transformação – Resolução CNJ n. 497/2023
		5.1.2.1 - Adesão do TRE-SP ao Pacto Global da ONU
		5.1.2.3 - Reduzir o consumo de copos plásticos descartáveis

Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

Ainda segundo o CNJ, trata-se da “formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistradas, magistrados, servidoras, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos

e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão”.

Em razão da amplitude do macrodesafio, sua análise será subdividida em três objetivos estratégicos:

- Fortalecer os processos de governança institucional;
- Otimizar os processos de trabalho;
- Aprimorar a gestão de dados e a memória institucional.

Indicadores

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	TIPO	INDICADOR
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	Fortalecer os processos de governança institucional	Resultado	6.1.1.1 - Índice de Maturidade em Gestão de Riscos
			6.1.1.2 - Índice de Qualidade em Governança Pública
		Esforço	6.1.2.2 – Índice de cumprimento da política de gestão de riscos de aquisições
			6.1.2.3 – índice de cumprimento dos Planejamentos Táticos
			6.1.2.5 – Taxa de auditorias baseadas em riscos

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	TIPO	INDICADOR
			6.1.2.6 – Índice de efetividade no tratamento dos riscos
	Otimizar os processos de trabalho	Esforço	6.3.2.3 - Índice de Processos da Arquitetura de Processos Mapeados
	Aprimorar a gestão dos dados e a memória institucional	Resultado	6.4.1.1 – Índice de maturidade em gestão documental
		Esforço	6.4.2.2 – Índice de publicidade da memória institucional

Projetos Estratégicos

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	Fortalecer os processos de governança institucional	6.1.1.1 - Implantação do IA-CM no âmbito da auditoria interna
		6.1.1.2 - Implementação do Sistema de Gestão da Continuidade do Negócio

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO
		6.1.1.3 - Sistema Integrado de Planejamento
		6.1.1.4 - Implantação do sistema informatizado para Gestão de Riscos
		6.1.1. 5 - Painel dos Cartórios Eleitorais
		6.1.1.6 - Projeto de reestruturação dos cartórios eleitorais
		6.1.1.7 - Projeto dados abertos planejamento e gestão
		6.2.1.1 - Elaboração e implementação do Plano Integrado de Eleições 2022
		6.2.1.2 - Elaboração e implementação do Plano Integrado de Eleições 2024

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO
		6.2.2.1 - Acompanhamento do Fluxo da Votação - ACOMPVOT 2022
	Otimizar os processos de trabalho	6.3.1.1 -Mapeamento de processos da Cadeia de Valor
	Aprimorar a gestão dos dados e a memória institucional	6.4.2.1 - Publicidade externa dos fluxos e serviços da Secretaria Judiciária

Perspectiva Aprendizado e Crescimento

A última das perspectivas traz em si os macrodesafios relacionados aos processos de trabalho que sustentam a organização. Gestão de Pessoas, Gestão Orçamentária e Financeira e também Gestão de TIC e Governança de Dados Pessoais. Por meio do atingimento dos macrodesafios atrelados à perspectiva de aprendizado e crescimento, a organização se fortalece para aprimorar seus processos internos e, em última instância, atender à sociedade.

Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

Para o CNJ, o macrodesafio relativo à Gestão de Pessoas, “refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento

profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Contempla ações relacionadas à valorização das servidoras e servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho. ”

Indicadores

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	TIPO	INDICADOR
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	Aperfeiçoar a gestão de pessoas	Resultado	7.1.1.1 - Índice de Absenteísmo - Doença
			7.1.1.2 - Índice de Capacitação de

			servidoras e servidores
			7.1.1.3 - Índice de maturidade em Governança de Pessoas
		Esforço	7.1.2.2 - Taxa de conclusão de cursos indicados pelo TRE-SP
			7.1.2.3 - Índice de Implementação de Ações para a Promoção da Saúde
			7.1.2.4 - Índice de cumprimento do Plano Estratégico de Pessoas

Projetos Estratégicos

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	Aperfeiçoar a gestão de pessoas	7.1.1.1 - Identificação e Exclusão de Ocupações Críticas e Elaboração de Planos de Sucessão
		7.1.1.2 - “Curtas 2022” (Vídeos instrutivos para mesárias,

		mesários, apoios, eleitoras e eleitores)
		7.1.1.4 - Implantação do modelo de Avaliação de Desempenho por Competências

Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

Para o CNJ, “refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos”.

Indicadores

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	TIPO	INDICADOR
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira	Resultado	8.1.1.1 - Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias
			8.1.1.2 - Índice de Dotação para Despesas Obrigatórias
			8.1.1.3 - Índice de Execução da dotação para projetos

		Esforço	8.1.2.1 - Aderência da execução ao planejamento orçamentário
			8.1.2.2 - Perdas Orçamentárias

Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

O último dos macrodesafios do ciclo 2021-2026 da Estratégia do TRE-SP, sempre segundo o CNJ, é referente a “programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação das usuárias e usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.”

Indicadores

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	TIPO	INDICADOR
Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e	Fortalecer a Estratégia Nacional de TIC e	Resultado	9.1.1.1 - IGovTIC-JUD
			9.1.1.2 - Índice de maturidade em gestão de dados pessoais

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	TIPO	INDICADOR
de Proteção de Dados	de Proteção de Dados	Esforço	9.1.2.1 – Índice de execução do Plano de Transformação Digital - PTD
			9.1.2.2 – Índice de execução do Plano de Educação e Cultura em Segurança da Informação - PECSI
			9.1.2.3 - Capacitação em Lei Geral de Proteção de Dados

Projetos Estratégicos

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO
Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	Fortalecer a Estratégia Nacional de TIC	9.1.1.1 - Evolução IGOVTIC-JUD
		9.1.1.2 - Implantação e monitoramento da LGPD

	e de Proteção de Dados	9.1.1.3 - Plano de Transformação Digital
		9.1.1.4 - Programa de ampliação da segurança cibernética
		9.1.1.5 - Plano de Educação e Cultura em SI (PECSI)
		9.1.1.6 - Plano de Transformação Digital (PTD)

GESTÃO DE RISCOS

Os riscos que impactam a estratégia devem ser definidos e monitorados de maneira contínua. O Planejamento Estratégico é o documento direcionador na definição desses riscos e a Política de Gestão de Riscos (Resolução TRE-SP nº 579/2022) é o elemento balizador das ações de monitoramento e tratamento dos riscos identificados.

A revisão dos riscos que impactam a estratégia deve ocorrer anualmente, e a responsabilidade pelas definições, monitoramento e tratamento cabe ao Comitê Gestor da Estratégia.

Abaixo, apresenta-se a relação dos riscos que impactam a estratégia, elencados por macrodesafio, com a indicação do processo de trabalho ao qual está vinculado:

PERSPECTIVA	MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	RISCO
Sociedade	Garantia dos Direitos Fundamentais	Promover a cidadania e a responsabilidade social	Falta de conhecimento da sociedade quanto às atividades desenvolvidas pela Justiça Eleitoral
	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade	Aprimorar o relacionamento com atores e instituições parceiras para maximizar o desempenho organizacional	Parcerias não efetivadas que ocasionem impacto nas atividades finalísticas do Tribunal
		Zelar pela satisfação do usuário dos serviços prestados pelo TRE-SP	Disseminação de notícias falsas que prejudiquem a credibilidade da Justiça Eleitoral
Processos Internos	Agilidade e Produtividade	Promover a agilidade e produtividade	Aumento excessivo de demanda ou deficiências estruturais que

PERSPECTIVA	MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	RISCO
	na Prestação Jurisdicional	na Prestação Jurisdicional	comprometam a celeridade da Justiça Eleitoral
	Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais	Enfrentar a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais	Falta de estabelecimento de mecanismos preventivos contra desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos no âmbito administrativo
	Promoção da Sustentabilidade	Promoção da Sustentabilidade	Baixa aderência às ações relacionadas à política de sustentabilidade; Falta de investimento em ações de sustentabilidade; Baixa adesão às contratações sustentáveis

PERSPECTIVA	MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	RISCO
	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	Fortalecer os processos de governança institucional	Não aderência aos instrumentos de governança e gestão; Estratégia Organizacional não alinhada às necessidades institucionais; Baixa implementação de controles internos e de processos de gestão de riscos pelos gestores Disseminação de notícias falsas que prejudiquem a credibilidade da Justiça Eleitoral

PERSPECTIVA	MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	RISCO
		Otimizar os processos de trabalho	Ausência de investimento e foco nos processos de inovação; Ausência de priorização da inovação em virtude da sobrecarga de atividades operacionais.
		Aprimorar a gestão de dados e a memória institucional	Falta de envio e de informação por parte das áreas; Divulgação ausente e/ou insuficiente das informações no sítio do TRE-SP

ESTRATÉGIA E SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade é um tema em voga nas organizações. O TRE-SP acredita que investir em um futuro sustentável é parte fundamental da estratégia organizacional, uma vez que a responsabilidade socioambiental

é um dever de todo agente institucional. Nesse sentido, apresentam-se as principais diretrizes de contribuição da estratégia do TRE-SP às políticas de sustentabilidade.

Agenda 2030

O modelo escolhido para a contribuição do TRE-SP às políticas de sustentabilidade foram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo o site da referida Agenda:

“A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro.”²

Neste capítulo, apresentaremos as relações de contribuição de nossos indicadores e projetos estratégicos aos ODS da ONU.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Conforme exposto, a Agenda 2030 da ONU traz 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para promover um futuro mais justo a todas

² Fonte: <http://www.agenda2030.com.br/sobre/>

as pessoas. Elencamos aqui os 17 ODS para, em seguida, apontar, para aqueles priorizados pela instituição, os indicadores e projetos que buscarão mensurar e implementar as contribuições à Agenda 2030³:



Indicadores e sua contribuição aos ODS

Para cada indicador, atrelou-se um dos ODS da Agenda 2030 da ONU.

Dessa maneira, entende-se que ao atingir determinado objetivo estratégico, se está não apenas colaborando para a própria estratégia da organização, mas contribuindo para um futuro sustentável sob a ótica daquele ODS. Vejamos:

ODS 3 – Saúde e bem-estar:

INDICADOR	MACRODESAFIO
1.1.2.2- Índice de Acessibilidade – Cartórios Eleitorais	Garantia dos Direitos Fundamentais
1.1.1.3- Índice de Acessibilidade – Secretaria	Garantia dos Direitos Fundamentais
1.1.2.2- Índice de tratamento das demandas de assédio moral ou sexual e discriminação	Garantia dos Direitos Fundamentais

³ Fonte: http://www.agenda2030.com.br/os_ods/

INDICADOR	MACRODESAFIO
1.1.2.3- Índice de inclusão de municípios	Garantia dos Direitos Fundamentais
1.1.2.4- Visitas a Comunidades Tradicionais	Garantia dos Direitos Fundamentais
1.1.2.7- Índice de Planos de Ação do Diagnóstico de Acessibilidade - Secretaria	Garantia dos Direitos Fundamentais
2.2.1.1- Grau de satisfação das clientes e dos clientes - 1º Grau	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
2.2.1.2- Grau de satisfação das usuárias e usuários externos de TIC	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
2.2.1.3- Grau de satisfação das clientes e dos clientes - 2º Grau	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
2.2.1.4- Grau de satisfação das clientes e dos clientes - Central de Atendimento	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
2.2.2.4- Índice de capacitação em atendimento	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade

INDICADOR	MACRODESAFIO
5.1.1.1- Índice de Desempenho de Sustentabilidade	Promoção da Sustentabilidade
5.1.2.7- Índice de efetividade no cumprimento do PLS	Promoção da Sustentabilidade
7.1.1.1- Índice de Absenteísmo-Doença	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
7.1.1.2- Índice de Capacitação de Servidoras e Servidores	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
7.1.1.3- Índice de Maturidade em Governança de Pessoas	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
7.1.2.2- Taxa de Conclusão de Cursos Indicados pelo TRE-SP	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
7.1.2.3- Índice de Implementação de Ações para a Promoção da Saúde	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
7.1.2.4- Índice de cumprimento do Plano Estratégico de Pessoas	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

ODS 4 – Educação de qualidade

INDICADOR	MACRODESAFIO
1.1.1.2- Índice de Acessibilidade – Cartórios Eleitorais	Garantia dos Direitos Fundamentais
1.1.1.3- Índice de Acessibilidade – Secretaria	Garantia dos Direitos Fundamentais

INDICADOR	MACRODESAFIO
1.1.1.4- Ações de cidadania	Garantia dos Direitos Fundamentais
1.1.2.4- Visitas a Comunidades Tradicionais	Garantia dos Direitos Fundamentais
2.2.2.4- Índice de capacitação em atendimento	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
5.1.2.7- Índice de efetividade no cumprimento do PLS	Promoção da Sustentabilidade
7.1.1.2- Índice de Capacitação de Servidoras e Servidores	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
7.1.2.2- Taxa de Conclusão de Cursos Indicados pelo TRE-SP	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
7.1.2.3- Índice de Implementação de Ações para a Promoção da Saúde	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
7.1.2.4- Índice de cumprimento do Plano Estratégico de Pessoas	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
9.1.2.2- Índice de execução do plano de educação e cultura em segurança da informação - PECSI	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados
9.1.2.3- Capacitação em Lei Geral de Proteção de Dados	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

ODS 5 – Igualdade de gênero

INDICADOR	MACRODESAFIO
1.1.1.4- Ações de cidadania	Garantia dos Direitos Fundamentais
1.1.2.2- Índice de tratamento das demandas de assédio moral ou sexual e discriminação	Garantia dos Direitos Fundamentais
1.1.2.4- Visitas a Comunidades Tradicionais	Garantia dos Direitos Fundamentais
2.2.2.5- Índice de cumprimento do prazo na análise de propostas de anotação no Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
3.1.1.1- Índice de Atendimento à Demanda - 1º Grau	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.1.2- Índice de Atendimento à Demanda - 2º Grau	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.1.3- Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais – 1º Grau	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.1.4- Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais – 2º Grau	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.1.5- Tempo de tramitação dos processos pendentes, considerando as fases dentro do Judiciário - 1º Grau	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

INDICADOR	MACRODESAFIO
3.1.1.6- Tempo médio de tramitação dos processos pendentes, considerando as fases dentro do Judiciário - 2º Grau	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.2.1- Índice de Exame de Prestações de Contas Eleitorais - competência originária	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.2.2- Índice de Exame de Prestações de Contas Eleitorais - competência recursal	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.2.3- Índice de Exame de Prestações de Contas Anuais de órgãos partidários - competência originária	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.2.4- Índice de Exame de Prestações de Contas Anuais de órgãos partidários - competência recursal	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.2.5- Índice de julgamento das prestações de contas partidárias anuais no 2º Grau	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
4.1.2.1- Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais - 1º Grau	Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais
4.1.2.2- Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais - 2º Grau	Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais
7.1.2.2- Taxa de Conclusão de Cursos Indicados pelo TRE-SP	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

ODS 6 – Água potável e saneamento

INDICADOR	MACRODESAFIO
5.1.1.1 - Índice de Desempenho de Sustentabilidade	Promoção da Sustentabilidade
5.1.2.7- Índice de efetividade no cumprimento do PLS	Promoção da Sustentabilidade

ODS7 – Energia acessível e limpa

INDICADOR	MACRODESAFIO
5.1.1.1 - Índice de Desempenho de Sustentabilidade	Promoção da Sustentabilidade
5.1.2.7 - Índice de efetividade no cumprimento do PLS	Promoção da Sustentabilidade
5.1.2.8 - Índice de execução das medidas previstas no Plano de Compensação ambiental 2030	Promoção da Sustentabilidade

ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico

INDICADOR	MACRODESAFIO
1.1.2.2- Índice de tratamento das demandas de assédio moral ou sexual e discriminação	Garantia dos Direitos Fundamentais
1.1.2.7- Índice de Planos de Ação do Diagnóstico de Acessibilidade - Secretaria	Garantia dos Direitos Fundamentais

INDICADOR	MACRODESAFIO
3.1.1.6- Tempo médio de tramitação dos processos pendentes, considerando as fases dentro do Judiciário - 2º Grau	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.2.1- Índice de Exame de Prestações de Contas Eleitorais - competência originária	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.2.2- Índice de Exame de Prestações de Contas Eleitorais - competência recursal	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.2.3- Índice de Exame de Prestações de Contas Anuais de órgãos partidários - competência originária	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
4.1.1.3- Índice de Processos Administrativos Disciplinares Baixados	Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais
4.1.1.6- Índice de Maturidade em Integridade	Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais
7.1.1.1- Índice de Absenteísmo-Doença	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
7.1.1.2- Índice de Capacitação de Servidoras e Servidores	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
7.1.1.3- Índice de Maturidade em Governança de Pessoas	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
7.1.2.2- Taxa de Conclusão de Cursos Indicados pelo TRE-SP	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

INDICADOR	MACRODESAFIO
7.1.2.3- Índice de Implementação de Ações para a Promoção da Saúde	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
7.1.2.4- Índice de cumprimento do Plano Estratégico de Pessoas	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura

INDICADOR	MACRODESAFIO
5.1.1.1 - Índice de Desempenho de Sustentabilidade	Promoção da Sustentabilidade
5.1.2.7 - Índice de efetividade no cumprimento do PLS	Promoção da Sustentabilidade
5.1.2.8 - Índice de execução das medidas previstas no Plano de Compensação ambiental 2030	Promoção da Sustentabilidade
9.1.1.1 - IGovTIC-JUD	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados
9.1.2.1- Índice de Execução do Plano de Transformação Digital - PTD	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados
9.1.2.2 - Índice de execução do plano de educação e cultura em segurança da informação - PECSI	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

ODS 10 – Redução das desigualdades

INDICADOR	MACRODESAFIO
1.1.1.2- Índice de Acessibilidade – Cartórios Eleitorais	Garantia dos Direitos Fundamentais
1.1.1.3- Índice de Acessibilidade – Secretaria	Garantia dos Direitos Fundamentais
1.1.1.4- Ações de cidadania	Garantia dos Direitos Fundamentais
1.1.2.3- Índice de inclusão de municípios	Garantia dos Direitos Fundamentais
1.1.2.4- Visitas a Comunidades Tradicionais	Garantia dos Direitos Fundamentais
1.1.2.7- Índice de Planos de Ação do Diagnóstico de Acessibilidade - Secretaria	Garantia dos Direitos Fundamentais
2.1.1.3- Alcance das publicações do site	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
2.1.1.4- Exposição do TRE-SP na Mídia	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
2.1.1.5- Alcance nas redes sociais	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
2.1.2.1- Manutenção do engajamento nas redes sociais	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade

INDICADOR	MACRODESAFIO
2.1.2.2- Entrevistas concedidas	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
2.1.2.3- Releases e avisos de pauta enviados à imprensa	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
2.1.2.4- Publicações no site	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
2.2.1.1- Grau de satisfação das clientes e dos clientes - 1º Grau	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
2.2.1.2- Grau de satisfação das usuárias e usuários externos de TIC	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
2.2.1.3- Grau de satisfação das clientes e dos clientes - 2º Grau	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
2.2.1.4- Grau de satisfação das clientes e dos clientes - Central de Atendimento	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
2.2.2.4- Índice de capacitação em atendimento	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade

INDICADOR	MACRODESAFIO
2.2.2.5- Índice de cumprimento do prazo na análise de propostas de anotação no Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
3.1.1.1- Índice de Atendimento à Demanda - 1º Grau	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.1.2- Índice de Atendimento à Demanda - 2º Grau	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.1.3- Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais – 1º Grau	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.1.4- Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais – 2º Grau	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.1.5- Tempo de tramitação dos processos pendentes, considerando as fases dentro do Judiciário - 1º Grau	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.1.6- Tempo médio de tramitação dos processos pendentes, considerando as fases dentro do Judiciário - 2º Grau	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.2.1- Índice de Exame de Prestações de Contas Eleitorais - competência originária	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.2.2- Índice de Exame de Prestações de Contas Eleitorais - competência recursal	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.2.3- Índice de Exame de Prestações de Contas Anuais de órgãos partidários - competência originária	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

INDICADOR	MACRODESAFIO
3.1.2.4- Índice de Exame de Prestações de Contas Anuais de órgãos partidários - competência recursal	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
4.1.2.1- Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais - 1º Grau	Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais
4.1.2.2- Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais - 2º Grau	Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais
5.1.1.1- Índice de Desempenho de Sustentabilidade	Promoção da Sustentabilidade
5.1.2.7- Índice de efetividade no cumprimento do PLS	Promoção da Sustentabilidade
7.1.1.1 - Índice de Absenteísmo - Doença	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
7.1.1.2 - Índice de Capacitação de servidoras e servidores	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
7.1.1.3 Índice de Maturidade em Governança de Pessoas	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
7.1.2.2 - Taxa de conclusão de cursos indicados pelo TRE-SP	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis

INDICADOR	MACRODESAFIO
5.1.1.1 - Índice de Desempenho de Sustentabilidade	Promoção da Sustentabilidade
5.1.2.4 - Índice de Licitações Sustentáveis	Promoção da Sustentabilidade
5.1.2.7 - Índice de efetividade no cumprimento do PLS	Promoção da Sustentabilidade

ODS 12 – Consumo e produção responsáveis

INDICADOR	MACRODESAFIO
5.1.1.1 - Índice de Desempenho de Sustentabilidade	Promoção da Sustentabilidade
5.1.2.4 - Índice de Contratações Sustentáveis	Promoção da Sustentabilidade
5.1.2.7 - Índice de efetividade no cumprimento do PLS	Promoção da Sustentabilidade
6.1.1.1 - Índice de Maturidade em Gestão de Riscos	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária
6.1.2.2 - Índice de cumprimento da Política de Gestão de Riscos das Contratações	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária
8.1.1.1 - Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

INDICADOR	MACRODESAFIO
8.1.1.2 - Índice de Dotação para Despesas Obrigatórias	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira
8.1.1.3 - Índice de Execução da dotação para projetos	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira
8.1.2.1 - Aderência da execução ao planejamento orçamentário	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira
8.1.2.2 - Perdas Orçamentárias	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes

INDICADOR	MACRODESAFIO
1.1.1.2 - Índice de Acessibilidade – Cartórios Eleitorais	Garantia dos Direitos Fundamentais
1.1.1.3 - Índice de Acessibilidade – Secretaria	Garantia dos Direitos Fundamentais
1.1.1.4 - Ações de cidadania	Garantia dos Direitos Fundamentais
1.1.2.2 - Índice de tratamento das demandas de assédio moral ou sexual e discriminação	Garantia dos Direitos Fundamentais

INDICADOR	MACRODESAFIO
1.1.2.3 - Índice de inclusão de municípios	Garantia dos Direitos Fundamentais
1.1.2.4 - Visitas a Comunidades Tradicionais	Garantia dos Direitos Fundamentais
1.1.2.7 - Índice de Planos de Ação do Diagnóstico de Acessibilidade - Secretaria	Garantia dos Direitos Fundamentais
2.1.1.3 - Alcance das publicações do site	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
2.1.1.4 - Exposição do TRE-SP na Mídia	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
2.1.1.5 - Alcance nas redes sociais	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
2.1.2.1 - Manutenção do engajamento nas redes sociais	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
2.1.2.2 - Entrevistas concedidas	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
2.1.2.3 - Releases e avisos de pauta enviados à imprensa	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade

INDICADOR	MACRODESAFIO
2.1.2.4 - Publicações no site	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
2.2.1.1 - Grau de satisfação das clientes e dos clientes - 1º Grau	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
2.2.1.2 - Grau de satisfação das usuárias e usuários externos de TIC	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
2.2.1.3 - Grau de satisfação das clientes e dos clientes - 2º Grau	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
2.2.1.4 - Grau de satisfação das clientes e dos clientes - Central de Atendimento	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
2.2.2.4 - Índice de capacitação em atendimento	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
2.2.2.5 - Índice de cumprimento do prazo na análise de propostas de anotação no Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
3.1.1.1 - Índice de Atendimento à Demanda - 1º Grau	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.1.2 - Índice de Atendimento à Demanda - 2º Grau	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

INDICADOR	MACRODESAFIO
3.1.1.3 - Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais – 1º Grau	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.1.4 - Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais – 2º Grau	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.1.5 - Tempo de tramitação dos processos pendentes, considerando as fases dentro do Judiciário - 1º Grau	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.1.6 - Tempo médio de tramitação dos processos pendentes, considerando as fases dentro do Judiciário - 2º Grau	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.2.1 - Índice de Exame de Prestações de Contas Eleitorais - competência originária	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.2.2 - Índice de Exame de Prestações de Contas Eleitorais - competência recursal	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.2.3 - Índice de Exame de Prestações de Contas Anuais de órgãos partidários - competência originária	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
3.1.2.4 - Índice de Exame de Prestações de Contas Anuais de órgãos partidários - competência recursal	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

INDICADOR	MACRODESAFIO
3.1.2.5 - Índice de julgamento das prestações de contas partidárias anuais no 2º Grau	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
4.1.1.1 - Índice de Prescrição - 1º Grau	Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais
4.1.1.2 - Índice de Prescrição - 2º Grau	Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais
4.1.1.3 - Índice de Processos Administrativos Disciplinares Baixados	Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais
4.1.1.6 - Índice de Maturidade em Integridade	Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais
4.1.2.1 - Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais - 1º Grau	Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais
4.1.2.2 - Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais - 2º Grau	Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais
5.1.1.1- Índice de Desempenho de Sustentabilidade	Promoção da Sustentabilidade
5.1.2.7 - Índice de efetividade no cumprimento do PLS	Promoção da Sustentabilidade

INDICADOR	MACRODESAFIO
5.1.2.8 - Índice de execução das medidas previstas no Plano de Compensação ambiental 2030	Promoção da Sustentabilidade
6.1.1.1 - Índice de Maturidade em Gestão de Riscos	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária
6.1.1.2 - Índice de Qualidade em Governança Pública	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária
6.1.2.2 - Índice de cumprimento da Política de Gestão de Riscos das Contratações	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária
6.1.2.3 - Índice de cumprimento dos Planejamentos Táticos	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária
6.1.2.5 Taxa de auditorias baseadas em riscos	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária
6.1.2.6 - Índice de Efetividade no Tratamento dos Riscos	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária
6.3.2.3 - Índice de Processos da Arquitetura de Processos Mapeados	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

INDICADOR	MACRODESAFIO
6.4.2.2 - Índice de Publicidade da Memória Institucional	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária
7.1.1.1 - Índice de Absenteísmo-Doença	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
7.1.1.2 - Índice de Capacitação de Servidoras e Servidores	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
7.1.1.3 - Índice de Maturidade em Governança de Pessoas	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
7.1.2.2 - Taxa de Conclusão de Cursos Indicados pelo TRE-SP	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
7.1.2.4 - Índice de cumprimento do Plano Estratégico de Pessoas	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
8.1.1.1 - Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira
8.1.1.2 - Índice de Dotação para Despesas Obrigatórias	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira
8.1.1.3 - Índice de Execução da dotação para projetos	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira
8.1.2.1 - Aderência da execução ao planejamento orçamentário	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira
8.1.2.2 - Perdas Orçamentárias	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira
9.1.1.1 - IGovTIC-JUD	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

INDICADOR	MACRODESAFIO
9.1.1.2 - Índice de maturidade em gestão de dados pessoais	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados
9.1.2.1 - Índice de Execução do Plano de Transformação Digital - PTD	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados
9.1.2.2 - Índice de execução do plano de educação e cultura em segurança da informação - PECSI	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados
9.1.2.3 - Capacitação em Lei Geral de Proteção de Dados	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

Projetos e sua contribuição aos ODS

ODS 1 – Erradicação da pobreza

PROJETO	MACRODESAFIO
5.1.2.1 - Adesão do TRE-SP ao Pacto Global da ONU	Promoção da Sustentabilidade

ODS 3 – Saúde e bem-estar

PROJETO	MACRODESAFIO
5.1.2.1 - Adesão do TRE-SP ao Pacto Global da ONU	Promoção da Sustentabilidade

ODS 4 – Educação de qualidade

PROJETO	MACRODESAFIO
1.1.2.1 - Educação Eleitoral e alistamento do jovem eleitor	Garantia dos Direitos Fundamentais
2.1.1.2 - Ação Coordenada – Grêmios Estudantis Municipais	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
5.1.2.1 - Adesão do TRE-SP ao Pacto Global da ONU	Promoção da Sustentabilidade

ODS 5 – Igualdade de gênero

PROJETO	MACRODESAFIO
5.1.1.2 - Programa Transformação – Resolução CNJ n. 497/2023	Promoção da Sustentabilidade
5.1.2.1 - Adesão do TRE-SP ao Pacto Global da ONU	Promoção da Sustentabilidade

ODS 6 – Água limpa e saneamento

PROJETO	MACRODESAFIO
5.1.2.1 - Adesão do TRE-SP ao Pacto Global da ONU	Promoção da Sustentabilidade

ODS 7 – Energia limpa e acessível

PROJETO	MACRODESAFIO
5.1.2.1 - Adesão do TRE-SP ao Pacto Global da ONU	Promoção da Sustentabilidade

ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico

PROJETO	MACRODESAFIO
5.1.2.1 - Adesão do TRE-SP ao Pacto Global da ONU	Promoção da Sustentabilidade

ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura

PROJETO	MACRODESAFIO
3.1.2.1 - Consolidação do LIODS como instrumento de fomento à inovação	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
5.1.2.1 - Adesão do TRE-SP ao Pacto Global da ONU	Promoção da Sustentabilidade

ODS 10 – Redução das desigualdades

PROJETO	MACRODESAFIO
1.1.1.1 - Implantação da Central de Serviços de Acessibilidade	Garantia dos Direitos Fundamentais
1.1.1.2 - Inclusão político eleitoral: Povos e comunidades tradicionais do Estado de São Paulo	Garantia dos Direitos Fundamentais
1.1.2.1 - Educação Eleitoral e alistamento do jovem eleitor	Garantia dos Direitos Fundamentais
1.1.2.2 - Parceria Cidadã	Garantia dos Direitos Fundamentais
1.1.2.3 - Ampliação da oferta de publicações em formatos alternativos acessíveis	Garantia dos Direitos Fundamentais
5.1.1.2 - Programa Transformação – Resolução CNJ n. 497/2023	Promoção da Sustentabilidade
5.1.2.1 - Adesão do TRE-SP ao Pacto Global da ONU	Promoção da Sustentabilidade
7.1.1.1 - Identificação e Exclusão de Ocupações Críticas e Elaboração de Planos de Sucessão	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas